

PROVA OBJETIVA – MANHÃ

ANALISTA JUDICIÁRIO
ÁREA JUDICIÁRIA – SEM ESPECIALIDADE
NÍVEL SUPERIOR TIPO 3 – AMARELA

Atenção: a frase a seguir deverá ser transcrita no espaço reservado da sua folha de respostas, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas.

Trabalho decente não é um privilégio, mas um direito humano inalienável.



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas e a folha de texto definitivo;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e folhas de textos definitivos;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de questões.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de texto definitivo;
- Para o preenchimento das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em suas folhas de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca das folhas de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**

Conhecimentos Básicos

Língua Portuguesa

1

Assinale a frase que deve apresentar uma vírgula.

- (A) A estrada do excesso conduz ao palácio da sabedoria.
- (B) A moderação é sempre a tática preferível.
- (C) Ao homem sábio são mais úteis os seus inimigos do que ao tolo os seus amigos.
- (D) Em geral na natureza humana existe mais tolice do que sabedoria.
- (E) Um homem sábio viverá tanto nos limites da própria presença de espírito quanto nos da própria renda.

2

Leia o texto a seguir.

O fato de uma opinião ser amplamente compartilhada não é nenhuma evidência de que não seja completamente absurda; de fato, tendo-se em vista a maioria da humanidade, é mais provável que uma opinião difundida seja mais tola do que sensata.

Bertrand Russell. *Marriage and Morals*. H. Liveright, 1929, p. 53.

Assinale a afirmativa que indica corretamente o significado ou a estruturação do texto citado.

- (A) O texto se opõe ao pensamento de que um argumento seja considerado verdadeiro porque se apoia no que pensa a maioria das pessoas.
- (B) O autor mostra a vantagem de uma opinião ser amplamente compartilhada a fim de que se torne mais segura.
- (C) O texto é do tipo argumentativo, pois apresenta uma tese, ainda que não acompanhada de argumentos.
- (D) A opinião final do texto é apresentada como certeza a fim de melhor convencer o leitor.
- (E) O texto se estrutura com a apresentação de um contra-argumento seguido da apresentação da opinião contrária.

3

A frase em que seria mais adequado o emprego do pronome indefinido “*mais*” em lugar do adjetivo “*maior*” é:

- (A) Para ver maiores detalhes, veja o vídeo anexo.
- (B) Se deseja maiores quantias, trabalhe mais.
- (C) Uma estátua de maior tamanho custa muito caro.
- (D) Na fronteira, o rio atinge maior largura.
- (E) Todos almejam maior salário, ao trabalharem.

4

Observe a seguinte frase do escritor italiano Cesare Pavese:

É bom escrever porque reúne as duas alegrias: falar sozinho e falar a uma multidão.

Assinale a opção que mostra uma afirmação adequada a esse pensamento.

- (A) “falar sozinho” e “falar a uma multidão” mostra uma incoerência textual.
- (B) Com a expressão “falar sozinho”, o autor da frase se refere à possível ausência de um interlocutor no caso da escrita.
- (C) “falar sozinho” é certamente uma referência a um hábito pessoal do enunciador da frase.
- (D) “falar a uma multidão” é uma referência ao fato de os textos se referirem a muitas realidades do mundo.
- (E) Uma das alegrias referidas no texto é a de conseguir ser compreendido por uma multidão de pessoas.

5

Assinale a opção cujo segmento, retirado do romance *Memórias de um Sargento de Milícias*, mostra uma mistura de texto narrativo e descritivo.

- (A) A festa acabou tarde; a madrinha foi a última que saiu, deitando a bênção ao afilhado e pondo-lhe no cinto um raminho de arruda.
- (B) Quando saltaram em terra começou a Maria a sentir certos enojos: foram os dois morar juntos: e daí a um mês manifestaram-se claramente os efeitos da pisadela e do beliscão; sete meses depois teve a Maria um filho, formidável menino de quase três palmos de comprido, gordo e vermelho, cabeludo, esperneador e chorão.
- (C) Depois do minuete foi desaparecendo a cerimônia, e a brincadeira aferventou, como se dizia naquele tempo. Chegaram uns rapazes de viola e machete: o Leonardo, instado pelas senhoras, decidiu-se a romper a parte lírica do divertimento.
- (D) Uma das quatro esquinas que formam as ruas do Ouvidor e da Quitanda, cortando-se mutuamente, chamava-se nesse tempo o canto dos meirinhos; e bem lhe assentava o nome, porque era aí o lugar de encontro favorito de todos os indivíduos dessa classe (que gozava então de não pequena consideração).
- (E) Espiar a vida alheia, inquirir dos escravos o que se passava no interior das casas, era naquele tempo coisa tão comum e enraizada nos costumes, que ainda hoje, depois de passados tantos anos, restam grandes vestígios desse belo hábito.

6

Leia o seguinte trecho do escritor inglês Aldous Huxley.

O homem que pretende ser sempre coerente no seu pensamento e nas suas decisões morais ou é uma múmia ambulante ou, se não conseguir sufocar toda a sua vitalidade, um monomaniaco fanático.

Sobre o significado ou a estruturação do texto, é correto afirmar que

- (A) infere-se do pensamento expresso no trecho que o homem é sempre incoerente em seu pensamento e decisões.
- (B) a comparação com uma “múmia ambulante” se justifica pela perda da vida interior.
- (C) a mania única aludida no texto é a de estar sempre à procura de tornar-se incoerente.
- (D) a visão negativa do homem na frase é decorrente de sua vontade deformada de ser incoerente em suas ações.
- (E) segundo o texto, se o homem não conseguir sufocar toda a sua vitalidade, o homem vira uma múmia ambulante.

7

A paciência torna mais leve o que não é possível remediar.

Assinale a opção que indica uma observação correta a respeito da significação e/ou da estruturação da frase acima.

- (A) A forma verbal “remediar” poderia ser adequadamente substituída por “que se remedie”.
- (B) A oração adjetiva “que não é possível remediar” pode ser substituída adequadamente pelo adjetivo “irremediável”.
- (C) A expressão “não é possível” poderia ser substituída corretamente pelo adjetivo “impossível”.
- (D) A oração “que não é possível remediar” está adjetivando o pronome demonstrativo “o”.
- (E) O adjetivo “leve” representa uma qualidade e está em função de predicativo do sujeito.

8

Leia o trecho a seguir.

Ao iniciar um romance, o escritor é semelhante ao capitão de um navio de guerra, partindo de viagem com ordens seladas no bolso. Mas, ao abrir o envelope, já em alto-mar, descobre ele que a mensagem foi escrita com tinta invisível. Não a pode ler. Está, entretanto, consciente do dever a cumprir, pois é comandante de um navio de guerra e não de um barco de recreio. As ordens indecifráveis, porém imperativas, que guarda no bolso, enchem-no com a consciência de sua responsabilidade. Nisso reside a missão do escritor.

Assinale a opção que **não está de acordo** com a significação ou a estruturação do texto.

- (A) O escritor tem uma missão nobre, que deve ser cumprida, independentemente dos obstáculos.
- (B) O texto é estruturado em linguagem figurada, apoiado na analogia de escrever com comandar um navio de guerra.
- (C) O ato de escrever é comandado por Deus, que escreve suas ordens com tinta invisível.
- (D) Escrever não é essencialmente uma tarefa prazerosa (barco de recreio), mas uma tarefa responsável e cheia de obstáculos (navio de guerra).
- (E) No texto, a literatura é vista como uma missão de responsabilidade, ainda que o tipo de responsabilidade referida não esteja explícito.

9

A gramática, a mesma árida gramática, transforma-se em algo parecido a uma feitiçaria evocatória; as palavras ressuscitam revestidas de carne e osso, o substantivo em sua majestade substancial, o adjetivo, roupa transparente que o veste e colore como um verniz, e o verbo, anjo do movimento que dá impulso à frase. (Baudelaire)

Sobre essa frase, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ao dizer que o verbo é o anjo do movimento, o autor se refere a todos os verbos da classe por meio de sua característica básica.
- (B) Ao usar a metáfora “roupa transparente”, o autor se refere ao fato de o adjetivo determinar o substantivo, dando-lhe qualidades, características ou relações.
- (C) Ao afirmar que o adjetivo veste e colore o substantivo “como um verniz”, Baudelaire se refere à inutilidade semântica do adjetivo.
- (D) Ao dizer que o substantivo mostra “majestade substancial”, o autor aponta para o fato de o substantivo ser a palavra mais simples da frase.
- (E) Ao empregar a metáfora de “feitiçaria” para o trabalho da gramática, o autor cita a propriedade que tem a gramática de mudar as classes das palavras.

10

O pacifista não é uma pessoa que se recusa a combater. É uma pessoa que não quer combater na primeira guerra que aparecer. Que quer escolher a guerra em que irá combater.

Assinale a opção que indica uma observação **incorreta** sobre a significação e a estruturação do texto acima.

- (A) As expressões “que se recusa a combater” e “não quer combater” expressam a mesma ideia.
- (B) O texto se estrutura na base de uma oposição entre o que “não é” e “é” o pacifista.
- (C) Em lugar da expressão “que não quer combater”, entre os dois últimos períodos do texto, poderia haver adequadamente a forma “ainda que não queira”.
- (D) Um aspecto negativo na construção do texto é a repetição do verbo “combater” em três oportunidades.
- (E) O texto se estrutura em forma de uma definição, diferente da definição clássica, do que seja um pacifista.

Raciocínio Lógico-matemático

11

Um barco está parado em um ponto A e começa a navegar, em linha reta, até um ponto B, a 20 km de distância, de modo que esse trajeto faz 20°, no sentido horário, com o Norte geográfico.

Ao chegar ao ponto B, esse barco para, muda a sua rota e começa a navegar, em linha reta, até um ponto C, a 15 km de distância, de modo que esse trajeto faz 125°, no sentido horário, com o Norte geográfico.

O ângulo formado pelos segmentos imaginários AB e BC é de

- (A) 60°.
- (B) 65°.
- (C) 70°.
- (D) 75°.
- (E) 85°.

12

Sejam A, B e C números inteiros e positivos tais que $A \times B = 20$ e $A \times C = 36$.

A soma $A + B + C$ vale

- (A) 20.
- (B) 30.
- (C) 40.
- (D) 50.
- (E) 60.

13

Os achocolatados são misturas compostas por leite desidratado, chocolate em pó, açúcar e aditivos.

Em sua composição, o achocolatado X tem 76 gramas de chocolate em pó e 12 gramas de açúcar, que correspondem a 6% da massa total de X.

O fabricante do achocolatado X pretende aumentar a massa total do produto acrescentando 50 gramas de leite desidratado e nada mais.

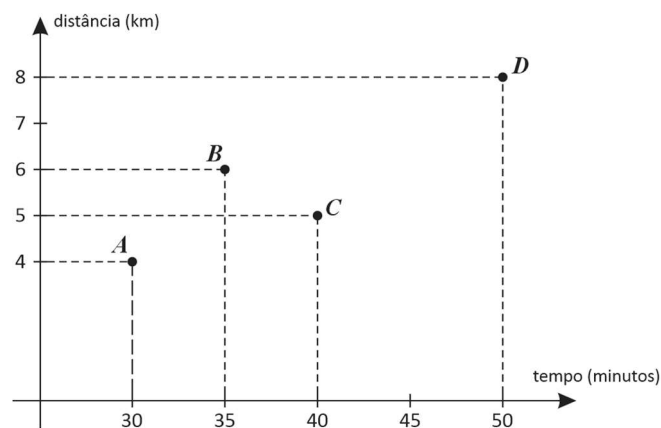
Essa modificação na composição do produto fará com que a porcentagem de chocolate em pó, com relação à massa total de X, sofra redução de

- (A) 7,4%.
- (B) 7,5%.
- (C) 7,6%.
- (D) 7,8%.
- (E) 8,0%.

14

Silvana iniciou um treinamento com o objetivo de participar de uma prova de corrida.

Ela registrou, em um plano cartesiano, a distância percorrida (em quilômetros) e o respectivo tempo gasto (em minutos), em cada um dos quatro primeiros dias de treinamento.



Cada ponto no gráfico corresponde aos registros de um dia de treino.

Sabe-se que, ao longo dos quatro dias, a razão distância/tempo foi estritamente crescente.

Colocando-se esses pontos em ordem cronológica, obtém-se

- (A) C – A – D – B.
- (B) B – A – C – D.
- (C) C – D – A – B.
- (D) B – C – A – D.
- (E) A – B – C – D.

15

Em um Tribunal, está em vigor uma normativa referente ao uso de crachás para identificação dos indivíduos nas suas dependências.

Dentro desse Tribunal:

- juízes podem não portar crachás;
- advogados devem portar crachás;
- não-juízes e não-advogados não podem portar crachá.

Qualquer pessoa, para entrar no Tribunal, é associada a uma única categoria entre as três citadas.

Em certo momento, duas pessoas estão paradas, conversando no corredor interno do Tribunal: uma com crachá e, a outra, sem.

Sobre essas duas pessoas, é correto afirmar que

- (A) ambas são juízes.
- (B) uma delas não pode ser juiz.
- (C) pelo menos uma é juiz.
- (D) ambas não são juízes.
- (E) uma delas pode não ser juiz.

Conhecimentos Específicos Básicos

16

Ao apreciar recurso interposto contra o juízo monocrático de primeira instância, o relator, no âmbito da Turma competente do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT-24), a partir de requerimento do Ministério Público, entendeu que se tratava de hipótese de assunção de competência.

Nessa situação, à luz do Regimento Interno do TRT-24, assinale a afirmativa correta.

- (A) A análise do recurso deve ser suspensa até que o Tribunal Pleno aprecie a matéria de direito.
- (B) O Tribunal Pleno, preenchidos os requisitos exigidos, irá julgar o recurso interposto.
- (C) O entendimento da Turma dará origem à instauração de requerimento de edição de súmula pelo Tribunal Pleno.
- (D) Os demais processos sobre a mesma matéria em tramitação, na área de jurisdição do TRT-24, devem ser suspensos.
- (E) O entendimento da Turma, sobre a questão de direito, deve ser aplicado aos demais processos que tenham por objeto a mesma questão de direito.

17

Em determinado processo judicial que se encontra em tramitação no âmbito de uma Vara do Trabalho localizada no Estado de Mato Grosso do Sul, a reclamante entendeu que o Juízo praticou ato que configurava erro de procedimento, o que, ao seu ver, deveria ser regularizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT-24)

Sobre a situação descrita, à luz do Regimento Interno do TRT-24, é cabível, no prazo de 8 (oito) dias, preenchidos os demais requisitos exigidos,

- (A) a reclamação.
- (B) a correção parcial.
- (C) o recurso ordinário.
- (D) o pedido de providências.
- (E) o mandado de segurança.

18

João, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no Tribunal Regional do Trabalho da Região X, em razão de patologia estritamente relacionada ao exercício funcional, teve deferida a aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho.

Em momento posterior, constatou-se a acentuada regressão da referida patologia, o que acarretou o restabelecimento da capacidade laborativa do servidor, ainda que em intensidade um pouco inferior à originária. Por tal razão, a Administração Pública decidiu que João deveria retornar ao serviço ativo.

Sobre a hipótese, à luz da Lei nº 8.112/1990, assinale a afirmativa correta.

- (A) João deve ocupar algum cargo da mesma carreira do cargo originário.
- (B) João deve retornar ao cargo que ocupava por ocasião da aposentadoria.
- (C) Caso inexistia cargo vago, João deve ser posto em disponibilidade.
- (D) Caso inexistia cargo vago, deve ser postergado o retorno de João ao serviço ativo.
- (E) Caso inexistia cargo vago, João exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

19

Maria, servidora pública federal, recebia auxílio-moradia em razão da inexistência de imóvel funcional disponível na localidade em que estava lotada, além de preencher os demais requisitos exigidos na sistemática vigente.

Sobre a hipótese, considerando os balizamentos estabelecidos pela Lei nº 8.112/1990, assinale a afirmativa correta.

- (A) O auxílio tem a natureza jurídica de adicional.
- (B) O auxílio tem a natureza jurídica de gratificação.
- (C) O valor do auxílio é estabelecido apenas em regulamento.
- (D) O auxílio se incorpora ao vencimento de Maria, nas situações indicadas em lei.
- (E) No caso de falecimento de Maria, o auxílio continuará sendo pago por um mês.

20

A informação de que Pedro, servidor público federal de escalão hierárquico superior, teria praticado uma infração disciplinar, chegou ao conhecimento da autoridade competente.

Além de ser informado por seus assessores imediatos sobre a necessidade de instaurar o respectivo processo administrativo disciplinar, também lhe foi sugerida a possibilidade de afastamento preventivo, em razão do risco de que ele influísse na apuração do ilícito administrativo.

Em relação ao sugerido afastamento de Pedro, considerando os balizamentos estabelecidos pela Lei nº 8.112/1990, assinale a afirmativa correta.

- (A) É vedado, considerando a presunção de inocência.
- (B) Pode se estender pelo prazo máximo de cento e oitenta dias.
- (C) Caso seja decretado, acarretará a suspensão da remuneração durante a sua vigência.
- (D) Somente é possível em se tratando de infração disciplinar que possa acarretar a sanção de demissão.
- (E) Deve cessar, uma vez ultrapassado o limite temporal fixado em lei, ainda que não concluído o processo disciplinar.

21

Pedro, servidor público federal ocupante de cargo de provimento efetivo, passou a responder a sindicância em razão da alegada prática de infração disciplinar.

Ao tomar conhecimento da instauração da sindicância, Pedro consultou a Lei nº 8.112/1990 em relação aos seus possíveis efeitos e concluiu corretamente que esse tipo de expediente

- (A) pode redundar na sua destituição do cargo em comissão.
- (B) pode resultar na aplicação de suspensão de até trinta dias.
- (C) deve ser necessariamente conduzido por comissão composta por três servidores estáveis.
- (D) é o processo administrativo disciplinar que pode redundar na aplicação de qualquer sanção que não a demissão.
- (E) pode instrumentalizar a instauração de processo administrativo disciplinar, não sendo um fim em si mesmo.

22

Maria, que residia na localidade X e não ocupava nenhum cargo público de provimento efetivo, foi nomeada para ocupar cargo em comissão no âmbito da Administração Pública Indireta do Poder Executivo Federal, sendo lotada na localidade Y. Em razão dessa nomeação, Maria precisou mudar de domicílio.

Ao analisar a sistemática da Lei nº 8.112/1990, Maria concluiu corretamente que

- (A) faz jus à ajuda de custo, caso tenha sido nomeada para cargo de direção.
- (B) faz jus à ajuda de custo em importância não superior a três meses de remuneração.
- (C) a soma da ajuda de custo à remuneração regular não pode exceder o teto remuneratório constitucional.
- (D) não faz jus à ajuda de custo, que é devida apenas aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo.
- (E) faz jus à ajuda de custo, mesmo que seu cônjuge ou companheiro, caso seja servidor federal, também venha a recebê-la em razão da mudança de domicílio.

23

A sociedade empresária *Alfa* foi condenada, em reclamação trabalhista ajuizada por um ex-empregado, em determinada Vara do Trabalho situada no Estado de Mato Grosso do Sul. O valor da condenação foi de oito vezes o salário mínimo regional.

Apesar de não ter interposto qualquer recurso contra essa condenação, decidiu ajuizar, no prazo legal, ação rescisória visando ao reconhecimento da nulidade da respectiva sentença, invocando um dos permissivos previstos na legislação de regência.

Sobre a situação descrita, à luz do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, assinale a afirmativa correta.

- (A) A impugnação do valor atribuído à causa integrará o processo principal.
- (B) Não é cabível o ajuizamento da ação rescisória, considerando o órgão prolator da decisão rescindenda.
- (C) A ação rescisória tramitará independente do depósito de qualquer valor ou do pagamento de custas.
- (D) Da decisão que venha a ser proferida caberá recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho.
- (E) Caso *Alfa* venha a recorrer do acórdão que seja proferido para o Tribunal Superior do Trabalho, deve realizar o depósito do valor da condenação.

24

Foi identificado o desaparecimento dos autos eletrônicos do Processo nº X, que se encontravam em tramitação no âmbito de uma das turmas do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT-24).

Em relação à respectiva restauração, à luz do disposto no Regimento Interno do TRT-24, assinale a afirmativa correta.

- (A) A ação será cadastrada como processo novo.
- (B) O auto de restauração será homologado pelo relator.
- (C) O requerimento será vinculado ao processo desaparecido.
- (D) O auto de restauração será assinado pelo diretor da secretaria.
- (E) O relator determinará que os autos sejam encaminhados ao Juízo de origem para anexar os documentos de que dispuser.

25

Em processo administrativo disciplinar foi identificado que João, servidor público federal ocupante de cargo de provimento efetivo, tem uma inassiduidade habitual, o que vinha causando prejuízo ao regular funcionamento da atividade desenvolvida pela Administração Pública Direta em prol da coletividade.

Sobre a sanção a ser aplicada a João, segundo o Estatuto dos Servidores Públicos Federais (Lei nº 8.112/1990), assinale a afirmativa correta.

- (A) Multa.
- (B) Demissão.
- (C) Advertência.
- (D) Suspensão de até quinze dias.
- (E) Suspensão, sendo possível a sua conversão em multa, na base de 50% por dia de vencimento.

26

A Gestão por Projetos organiza esforços temporários para atingir objetivos definidos, com uso de metodologias e ferramentas que garantem planejamento, execução, controle e encerramento alinhados às metas organizacionais.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, o documento que sintetiza as condições e os parâmetros-chave para o projeto e estabelece a estrutura para o desenvolvimento de um plano-base para a sua realização.

- (A) Síntese de plano-base.
- (B) Pedido de proposta de cliente.
- (C) Termo de abertura.
- (D) Escopo do projeto.
- (E) Termo de encerramento.

27

A Gestão de Riscos busca identificar, analisar e mitigar ameaças potenciais, garantindo a resiliência e a sustentabilidade da organização.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, o *risco de conformidade*.

- (A) Trata-se do risco de perdas financeiras geradas por falhas tecnológicas, como interrupções em sistemas e ataques cibernéticos.
- (B) Representa a probabilidade de perdas decorrentes do não cumprimento de leis, normas e regulamentos, internos ou externos, podendo afetar financeiramente a organização.
- (C) Refere-se ao risco associado à variação de mercado e às flutuações cambiais, que impactam diretamente o desempenho financeiro da organização.
- (D) Diz respeito aos riscos operacionais relacionados à má alocação de recursos humanos e à deficiência na comunicação interna.
- (E) Está ligado exclusivamente à gestão de contratos e ao descumprimento de cláusulas contratuais por parte de fornecedores terceirizados.

28

A Administração Pública, como organização formal moderna, apresenta características básicas como divisão do trabalho, hierarquia funcional, formalização de regras, impessoalidade e busca pela eficiência na prestação dos serviços públicos.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, uma característica das organizações formais modernas no âmbito da Administração Pública.

- (A) Os clientes internos não influenciam os processos organizacionais, pois seu papel está restrito ao consumo dos produtos finais da organização.
- (B) Departamentos, divisões e seções não são considerados unidades organizacionais por não estarem diretamente ligados à alta gestão.
- (C) A departamentalização por cliente é característica das estruturas informais e não se aplica à Administração Pública.
- (D) Unidades organizacionais, como grupos de trabalho e seções, podem funcionar tanto como fornecedores quanto como clientes internos, conforme o fluxo de processos internos.
- (E) A estrutura organizacional da Administração Pública não permite a existência de fornecedores internos, pois todos os insumos provêm do setor privado.

29

A gestão de resultados nos serviços públicos busca eficiência, transparência e atendimento às demandas sociais por meio de monitoramento e avaliação contínuos.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, itens da agenda para a estruturação da gestão de resultados na produção de serviços públicos.

- (A) Foco nos resultados e políticas públicas formuladas a partir de processo de organização governamental.
- (B) Caráter centralizado da tomada de decisão e flexibilização de recursos com cobrança de responsabilidade de gestores.
- (C) Utilização de planejamento estratégico nas organizações públicas e otimização dos processos administrativos.
- (D) Mudanças metodológicas no processo de formulação do orçamento privado e sistemas de monitoramento da gestão, prestação de contas e avaliação.
- (E) Desenvolvimento de indicadores que permitam medir o insumo da ação governamental e indicar os desvios para introdução de medidas preventivas.

30

A gestão de desempenho compreende planejamento, organização, supervisão e controle para entregar excelentes resultados.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, os processos da gestão de desempenho e respectivas funções típicas.

- (A) Planejamento: fixação de objetivos e definição de planos. Organização: implementação e infraestrutura de trabalho. Supervisão: comunicação e orientação para equipe. Controle: indicadores de desempenho e criação de valor.
- (B) Planejamento: criação de valor. Organização: alocação de recursos. Supervisão: fixação de objetivos. Controle: implementação de sistemas de informação.
- (C) Planejamento: definição de metas e planos de trabalho. Organização: execução de tarefas e controle de resultados. Supervisão: análise de competências. Controle: comunicação com a equipe.
- (D) Planejamento: avaliação de competências. Organização: gestão de pessoas. Supervisão: avaliação de resultados. Controle: treinamento e desenvolvimento.
- (E) Planejamento: distribuição de tarefas. Organização: análise de indicadores. Supervisão: criação de métricas. Controle: gestão de sistemas de informação.

Conhecimentos Específicos Avançados

31

Maria e Joana, ambas trabalhadoras formais, vinculadas ao Regime Geral de Previdência Social, após um longo período de união homoafetiva, decidiram adotar a criança X.

À luz desse quadro, procuraram os departamentos de pessoal dos respectivos empregadores e informaram que almejavam fazer jus à licença prevista em lei.

Sobre a hipótese, considerando os balizamentos estabelecidos pela sistemática vigente, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ambas fazem jus à licença-maternidade.
- (B) Não fazem jus a nenhuma licença, pois figuram apenas como adotantes.
- (C) Caso uma delas tenha usufruído a licença-maternidade, a outra fará jus à licença-paternidade.
- (D) Podem fazer jus à licença, maternidade ou paternidade, conforme o disposto em convenção coletiva.
- (E) A fruição da licença, apesar de compatível com a ordem constitucional, carece de integração pela lei.

32

Maria, servidora pública vinculada a certo ente federativo, foi admitida de forma direta, sem a prévia aprovação em concurso público, em momento anterior à promulgação da Constituição de 1988. Por ocasião da promulgação, estava em exercício na respectiva função pública há cinco anos continuados.

À luz da sistemática constitucional vigente, é correto afirmar que Maria

- (A) não pode ser transposta, por meio de lei, do regime celetista para o estatutário.
- (B) pode vir a ter estabilidade, caso seja reconhecida em lei do respectivo ente federativo.
- (C) não pode ser integrada ao regime próprio de previdência social criado em momento oportuno pelo respectivo ente federativo.
- (D) é considerada servidora pública para todos os efeitos estatutários e previdenciários, tendo os mesmos direitos daqueles que foram aprovados em concurso público.
- (E) pode optar pelo regime geral ou pelo regime próprio de previdência social caso este último tenha sido criado em momento oportuno pelo respectivo ente federativo.

33

A Assembleia Constituinte do país *Alfa*, formada com base em critérios estritamente democráticos, procurou incorporar ao texto constitucional os valores subjacentes ao ambiente sociopolítico no momento de sua promulgação, de modo a assegurar a sua permanência e imutabilidade.

Além disso, buscou individualizar as linhas gerais dos programas governamentais a serem executados no curso da vigência da nova ordem constitucional.

Considerando as características indicadas, a Constituição do país *Alfa* pode ser classificada como

- (A) nominal e eclética.
- (B) semântica e histórica.
- (C) orgânica e normativa.
- (D) dogmática e dirigente.
- (E) preceitual e programática.

34

Em uma reclamação trabalhista em tramitação na Vara do Trabalho X, em que os polos da relação processual eram formados por duas pessoas naturais, constatou-se a existência de uma situação de contraposição entre dois direitos fundamentais de estatura constitucional.

O magistrado competente, ao proferir sua sentença, posicionou-se em relação à referida colisão, tendo concluído corretamente, conforme o entendimento amplamente prevalecente na realidade brasileira, que

- (A) um dos direitos fundamentais em colisão ocupa uma posição preferente *in abstracto*.
- (B) os direitos fundamentais dão ensejo ao surgimento de posições jurídicas definitivas, logo, a colisão deve ser resolvida no plano da validade.
- (C) não cabe ao Poder Judiciário arvorar-se em Poder Constituinte e conferir preeminência, no caso concreto, a um dos direitos fundamentais em colisão.
- (D) a existência de restrições à expansão de um direito fundamental, que podem opostas por direitos da mesma natureza, deve ser analisada conforme a teoria externa.
- (E) a teoria interna deve direcionar a solução das colisões entre direitos fundamentais, na medida em que o conteúdo essencial de um direito deve ser compatibilizado com as restrições estabelecidas por outro direito.

35

Determinada empresa pública integrante da administração pública indireta federal, que explora atividade econômica em sentido estrito, promoveu a dispensa coletiva de cerca de três mil empregados sem prévia intervenção sindical, isto sob o argumento de que as demissões decorriam de dificuldades financeiras associadas à crise econômica global.

A partir de provocação de um legitimado, o Tribunal Regional do Trabalho competente observou corretamente que, na perspectiva constitucional,

- (A) a intervenção sindical era imprescindível à demissão em massa dos trabalhadores.
- (B) a demissão foi lícita, salvo se algum trabalhador era alcançado por cláusula constitucional de estabilidade.
- (C) as garantias constitucionais de proteção ao emprego não apresentam impeditivo à demissão coletiva.
- (D) os atos oriundos dos entes da administração pública não estão sujeitos à competência dos órgãos da Justiça do Trabalho.
- (E) a ausência de negociação coletiva somente não seria impeditivo à demissão coletiva caso negociação anterior a tivesse dispensado.

36

Diversos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) vinham aplicando em seus acórdãos a Lei Federal nº X, que reconheceria determinado direito social aos trabalhadores.

O Supremo Tribunal Federal, no entanto, após o trânsito em julgado dos referidos acórdãos, declarou a inconstitucionalidade da Lei Federal nº X sob o argumento de que fora afrontado o bicameralismo, pois o texto sancionado pelo Presidente da República não fora aprovado por ambas as Casas do Congresso Nacional.

À luz da sistemática vigente, em relação à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- (A) Ela sempre produzirá efeitos *ex nunc*, logo, não acarretará a desconstituição dos acórdãos dos TRTs.
- (B) Ela sempre produzirá efeitos *ex tunc*, logo, acarretará a desconstituição dos acórdãos dos TRTs.
- (C) Ela somente irá desconstituir os acórdãos dos TRTs se houver deliberação de dois terços dos ministros do STF.
- (D) Ela não produzirá a automática reforma ou rescisão dos acórdãos proferidos, o que exigirá, observado o prazo decadencial, que seja ajuizada ação rescisória.
- (E) Ela somente irá desconstituir os acórdãos dos TRTs se tiver sido determinada a suspensão dos respectivos processos durante a tramitação da ação direta de inconstitucionalidade.

37

João, pessoa portadora de deficiência física, filiada ao Regime Geral de Previdência Social, buscou se informar sobre a possibilidade de obter a aposentadoria voluntária com a observância de requisitos diferenciados de idade e tempo de contribuição.

Após analisar a sistemática constitucional aplicável às pessoas que se encontram na sua situação, João concluiu corretamente que

- (A) a lei complementar pode prever critérios diferenciados para ambos os requisitos mencionados por ele.
- (B) a aplicação de critérios diferenciados é admitida, caso a deficiência seja atestada em avaliação de caráter exclusivamente físico.
- (C) os critérios diferenciados são apenas os previstos na ordem constitucional, não podendo ser ampliados pela legislação infraconstitucional.
- (D) a regra geral afeta aos trabalhadores deve ser observada, considerando as ações afirmativas de inserção das pessoas com deficiência no ambiente sociopolítico.
- (E) a lei ordinária, que veicula o plano geral de benefícios do regime geral de Previdência Social, pode estabelecer requisitos diferenciados de tempo de contribuição.

38

A direção do Sindicato dos Trabalhadores da categoria X convocou assembleia geral com o objetivo de definir o valor da contribuição que seria devida pelos filiados ao sindicato, com o objetivo de custear as atividades desenvolvidas por essa pessoa jurídica de direito privado.

Após a aprovação do referido valor, foi discutida, em assuntos gerais, a possibilidade, ou não, de a contribuição ser imposta a empregados da categoria não sindicalizados.

Ao final da análise dos assuntos gerais, concluiu-se corretamente que

- (A) a cobrança da contribuição dos não sindicalizados é vedada.
- (B) a contribuição pode ser cobrada dos não sindicalizados que previamente anuírem.
- (C) a contribuição pode ser cobrada dos não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição.
- (D) a contribuição pode ser cobrada dos não sindicalizados, limitada ao valor da contribuição sindical obrigatória.
- (E) a contribuição pode ser cobrada dos não sindicalizados, desde que seja abatido o valor pago a título de contribuição sindical obrigatória.

39

João, servidor público federal, alugou um automóvel junto à sociedade empresária *Alfa* durante o seu período de férias, com o objetivo de ir ao Município de Bonito/MS.

Durante o trajeto, em razão da condução imprudente do veículo, João acabou por colidir com a motocicleta de Paulo, que ficou gravemente lesionado por força dos eventos.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal e o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, assinale a afirmativa correta.

- (A) João, como servidor público federal, responderá, objetivamente, à luz da teoria do risco integral, pelos danos causados ao particular.
- (B) João, como servidor público federal, e a União responderão, subjetivamente, pelos danos causados ao particular.
- (C) A União não responderá, civilmente, pela conduta praticada pelo servidor público federal João.
- (D) A União responderá, subjetiva e subsidiariamente, pelos danos causados ao particular.
- (E) A União responderá, objetivamente, pelos danos causados ao particular.

40

Como é cediço, a Lei Complementar nº 101/2000 estabelece limites percentuais para a despesa total com pessoal.

Nesse cenário, nos termos da legislação de regência, se a despesa total com pessoal exceder a 95% do limite, incidem vedações ao Poder ou ao órgão público que houver incorrido no excesso.

De acordo com a narrativa, considerando as disposições da Lei Complementar nº 101/2000, analise as afirmativas a seguir.

- I. É vedado ao Poder ou Órgão que houver incorrido no excesso, admitir ou contratar pessoal a qualquer título, inclusive a reposição decorrente de aposentadoria de servidores das áreas de educação.
- II. É vedado ao Poder ou Órgão que houver incorrido no excesso alterar a estrutura de carreira que implique em aumento de despesa.
- III. É vedada ao Poder ou Órgão que houver incorrido no excesso, a criação de cargo, emprego ou função.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

41

João, servidor público federal, preocupado com potenciais despesas que terá caso passe a ter exercício em nova sede, o que ensejaria mudança de domicílio em caráter permanente, analisou o regramento aplicável à concessão de ajuda de custo pelo Poder Público.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.112/1990, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do servidor, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a três meses.
- () Não será concedida ajuda de custo ao servidor que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo.
- () O servidor não está obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de quinze dias.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) V – F – V.
- (C) F – F – F.
- (D) V – V – V.
- (E) V – V – F.

42

A sociedade empresária *Dex* pretende participar de processo licitatório visando à celebração de contrato administrativo com o Estado *Alfa*.

Assim, os advogados da sociedade empresária, com o objetivo de conhecer as particularidades da legislação aplicável à temática, ministraram uma palestra aos sócios desta, versando, inclusive, sobre as hipóteses de extinção das contratações.

As opções a seguir, considerando a Lei nº 14.133/2021, apresentam motivos para a extinção do contrato, a exceção de uma. Assinale-a.

- (A) O desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior.
- (B) A decretação de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado.
- (C) O atraso na liberação das áreas sujeitas à desapropriação, à desocupação ou à servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas.
- (D) O não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos.
- (E) O caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato.

43

Caio, em março de 2022, agindo com dolo, praticou ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da Administração Pública.

Contudo, os fatos tornaram-se públicos, apenas, em abril de 2025, com a deflagração de investigação por parte do Ministério Público visando ao esclarecimento do ocorrido. Irresignado, Caio, antes de procurar um(a) advogado(a), consultou a legislação de regência sobre a matéria.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração dos ilícitos referidos na Lei de Improbidade Administrativa suspende o curso do prazo prescricional por, no máximo, 180 dias corridos, recomeçando a correr após a sua conclusão ou, caso não concluído o processo, esgotado o prazo de suspensão.
- (B) O inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo de 365 dias corridos, prorrogável uma única vez por igual período, mediante ato fundamentado submetido à revisão da instância competente do órgão ministerial.
- (C) A ação para a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa prescreve em oito anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
- (D) A ação, encerrado o prazo para a conclusão do inquérito civil, deverá ser proposta no prazo de quinze dias, se não for caso de arquivamento do inquérito civil.
- (E) O prazo de prescrição interrompe-se pelo ajuizamento da ação de improbidade administrativa.

44

O Governador do Estado *Alfa* solicitou à Procuradoria a elaboração de parecer visando à futura celebração de contrato administrativo para a aquisição de diversos bens que serão distribuídos à rede estadual de ensino. Dessa forma, em momento posterior, o documento foi apresentado ao Chefe do Poder Executivo, abordando, entre outras temáticas, os objetivos da licitação.

Sobre os objetivos do processo licitatório, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, sem considerar o ciclo de vida do objeto.
- II. Evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.
- III. Incentivar a implementação de políticas de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

45

Durante a realização de atividades esportivas vinculadas ao montanhismo, Eduardo, servidor público federal junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, sofreu um grave acidente pessoal, ensejando sua aposentadoria por invalidez. Contudo, em momento posterior, uma junta médica oficial declarou insubsistentes os motivos da aposentadoria, de forma que Eduardo retornou à atividade.

De acordo com a narrativa, segundo a Lei nº 8.112/1990, assinale a opção que indica, corretamente, a modalidade de provimento do cargo público relatada.

- (A) Aproveitamento.
- (B) Readaptação.
- (C) Reintegração.
- (D) Recondução.
- (E) Reversão.

46

Nos termos da Lei nº 9.637/1998, entende-se por *contrato de gestão* o instrumento firmado entre o Poder Público e a entidade qualificada como organização social, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades relativas às áreas de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde.

De acordo com a narrativa, considerando as disposições da Lei nº 9.637/1998, analise as afirmativas a seguir.

- I. O contrato de gestão, elaborado de comum acordo entre o órgão ou entidade supervisora e a organização social, discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da organização social.
- II. O contrato de gestão deve ser submetido, após aprovação pelo Conselho de Administração da entidade, ao Ministro de Estado ou autoridade supervisora da área correspondente à atividade fomentada.
- III. Na elaboração do contrato de gestão, devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência e supremacia do interesse público.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

47

Luana trabalhou por 3 anos numa sociedade empresária localizada em Novo Horizonte do Sul/MS, quando injustamente foi dispensada por justa causa.

Então, Luana ajuizou reclamação trabalhista contra a empresa e já inseriu os sócios dela no polo passivo.

Sobre a conduta processual de Luana, e considerando o que dispõe a CLT, assinale a afirmativa correta.

- (A) Luana se equivocou, porque o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica é cabível apenas na fase de execução
- (B) É possível que a parte se valha da desconconsideração da personalidade jurídica na fase de conhecimento.
- (C) Admite-se desconconsideração da personalidade jurídica na fase de conhecimento se os sócios concordarem.
- (D) A desconconsideração da personalidade jurídica é cabível na fase de conhecimento, recursal ou de execução, a critério do trabalhador.
- (E) É possível a parte valer-se da desconconsideração da personalidade jurídica na fase de conhecimento, mas os sócios poderão interpor recurso imediato contra essa pretensão.

48

Perante a 10ª Vara do Trabalho de Rio Brilhante/MS foi apresentada uma demanda visando à homologação de acordo extrajudicial. Todos os requisitos legais estavam presentes.

Considerando esses fatos e de acordo com os termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

- (A) O magistrado obrigatoriamente deverá designar audiência para ouvir as partes.
- (B) O juiz é obrigado a homologar o acordo pretendido porque as partes estão em consenso.
- (C) O juiz analisará o acordo e proferirá sentença, no prazo de 15 dias a contar da distribuição da petição.
- (D) Caso o juiz se negue a homologar o acordo, não caberá recurso desta decisão.
- (E) A petição de homologação de acordo extrajudicial não suspende o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados.

49

Selma trabalhava há 7 meses como costureira numa sociedade empresária que fabricava uniformes, localizada em Taquarussu/MS. Com o fraco movimento, o empregador dispensou Selma sem justa causa, com aviso prévio indenizado.

Ocorre que 20 dias após a dispensa, a empresa verificou que venceu a licitação de uma escola estadual para o fornecimento de uniformes, pelo que agora o trabalho de Selma seria necessário.

Considerando os fatos narrados e o que dispõe a CLT, assinale a opção que descreve corretamente a conduta da empresa.

- (A) A empresa deverá recontratar Selma, porque seu contrato anterior findou.
- (B) O empregador deve retratar-se do aviso prévio concedido, não podendo Selma recusar.
- (C) O empregador deverá deixar finalizar o período do aviso prévio para, depois, propor a Selma a unicidade contratual.
- (D) A empresa deverá reconsiderar o aviso prévio, sendo facultado à empregada aceitar ou não a reconsideração.
- (E) O empregador não poderá fazer nada porque, concedido o aviso prévio, o empregado não pode retornar para a mesma empresa, sob pena de caracterizar fraude.

50

Das opções listadas a seguir, assinale aquela que, de acordo com a norma de regência, **não garante** ao empregado estabilidade ou garantia no emprego.

- (A) Suplente de dirigente sindical.
- (B) Membro indicado pelo empregador para a CIPA.
- (C) Integrante da comissão de representantes dos empregados.
- (D) Empregado que sofreu acidente do trabalho e retornou 7 meses após o sinistro laboral.
- (E) Empregado de empresa eleito diretor de sociedade cooperativa criada pelos empregados.

51

Fernando trabalha em um comércio localizado em Alcinoópolis/MS há 4 meses. Quando admitido, Fernando assinou um acordo individual de compensação de horas mensal, no qual se comprometeu a trabalhar mais 1 hora de 2ª a 5ª feira e, com isso, não trabalhar aos sábados. Ocorre que, na prática, Fernando trabalhava mais 1h30min de 2ª a 5ª feira.

De acordo com os termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

- (A) O acerto é ilegal porque o acordo de compensação de horas deve ser feito por norma coletiva.
- (B) A prestação de horas extras habituais não descaracteriza o acordo de compensação de jornada.
- (C) O acordo perde vigor, uma vez que foi extrapolada a compensação, e o excesso de 1h30min deverá ser pago como hora extra.
- (D) O acordo permanece válido, mas terá de ser refeito e adequado para que a jornada semanal não ultrapasse 44 horas semanais.
- (E) A realização de acordo de compensação de jornada e banco de horas pode ser realizada somente com autorização judicial ou sindical.

52

Lena trabalha numa sociedade empresária localizada em Corguinho/MS e completará 1 ano no emprego. Lena está ansiosa pelo pagamento do 13º salário, que será importante para quitar algumas dívidas pessoais. Lena tem dúvida sobre quando receberá a gratificação natalina.

Sobre o 13º salário, de acordo com a lei de regência, assinale a afirmativa correta.

- (A) Deverá ser pago em duas parcelas, sendo a 1ª entre fevereiro e 30/11 e a 2ª até 20/12.
- (B) Deverá ser pago em parcela única até o dia 20 de dezembro.
- (C) Deverá ser pago em duas parcelas, sendo a 1ª até 30/6 e a 2ª até 31/12.
- (D) A 1ª parcela deverá ser paga no mês escolhido pelo empregado e a 2ª até 30/11.
- (E) Todos os empregados devem receber a 1ª parcela no mesmo mês em razão do princípio constitucional de isonomia.

53

Das situações listadas a seguir, assinale a que, de acordo com a norma de regência, autoriza o saque total do FGTS depositado em conta vinculada.

- (A) Aposentadoria concedida pela Previdência Social.
- (B) Idade igual ou superior a sessenta e cinco anos alcançada pelo trabalhador.
- (C) Realização de distrato do contrato de trabalho por vontade de ambas as partes.
- (D) Pedido de demissão quando o empregado tiver mais de 12 meses no serviço.
- (E) Permanência do trabalhador, por dois anos ininterruptos, fora do regime do FGTS, com consequente inativação da conta.

54

O Município de Caracol/MS foi vítima de chuvas torrenciais que abalaram as estruturas municipais. No âmbito privado, imperou o caos. A água invadiu diversos estabelecimentos, como foi o caso da Drogaria Caracol Ltda., que ficou completamente inundada, sendo perdidos todos os medicamentos e produtos de higiene e beleza.

O titular da drogaria constatou que não havia mais condições de prosseguir com o negócio, então encerrou as atividades e extinguiu todos os contratos de trabalho.

De acordo com a CLT, assinale a opção que indica corretamente a natureza da extinção desses contratos.

- (A) Distrato.
- (B) Força maior.
- (C) Fato do príncipe.
- (D) Resilição contratual.
- (E) Resolução contratual.

55

Dos requisitos indicados a seguir, assinale aquele que, de acordo com a atual CLT, **não é necessário** para que seja deferida a equiparação salarial entre dois empregados.

- (A) Mesma nacionalidade.
- (B) Mesmo estabelecimento.
- (C) Diferença de tempo na função inferior a dois anos.
- (D) Existência de pessoal organizado em quadro de carreira.
- (E) Tempo de serviço para o mesmo empregador inferior a quatro anos.

56

A respeito das condições de segurança e medicina no trabalho e dos equipamentos de proteção individual (EPIs), de acordo com a CLT e o entendimento consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

- (A) A empresa pode cobrar pelo equipamento de proteção individual desde que o valor seja módico.
- (B) Se no local de trabalho houver dois agentes insalubres, o empregado tem direito ao recebimento de ambos os adicionais somados.
- (C) A eliminação da insalubridade, mediante fornecimento de aparelhos protetores aprovados pelo órgão competente, não exclui a percepção do respectivo adicional.
- (D) EPI é todo dispositivo ou produto, de uso coletivo, que protege mais de um trabalhador de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.
- (E) O equipamento de proteção só pode ser posto à venda ou utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho.

57

Genilson trabalhou numa sociedade empresária localizada em Corumbá/MS de janeiro de 2019 a julho de 2022, quando foi dispensado sem justa causa. Em maio de 2024, Genilson ajuizou reclamação trabalhista, tendo sido designada audiência para o dia 14 de setembro de 2024. Nessa audiência a empresa apresentou defesa sob a forma de contestação e reconvenção.

Considerando esses fatos e analisando a norma jurídica em tese, assinale a afirmativa correta.

- (A) O pedido da reconvenção está prescrito.
- (B) Não cabe reconvenção na Justiça do Trabalho por falta de previsão legal.
- (C) A reconvenção pode ser admitida e o juiz deve apreciar o seu mérito.
- (D) É possível admitir-se a reconvenção desde que a empresa faça o recolhimento prévio das custas relativas a ela.
- (E) Em tese, será possível o manejo da reconvenção desde que o reclamante concorde com o seu ajuizamento.

58

Em reclamação trabalhista que tramita na 20ª Vara do Trabalho de Três Lagoas/MS, dois reclamantes tiveram sucesso em suas ações. Inicialmente os dois reclamantes não haviam conseguido receber o crédito do devedor principal e, por isso, direcionaram suas execuções em 2025 contra o Município, tomador dos serviços e que acabou sendo condenado como responsável subsidiário pela dívida. O crédito do 1º exequente era de dois salários mínimos e o do 2º exequente, de 4 salários mínimos.

Assinale a opção que, de acordo com a norma de regência, indica corretamente como será feito o pagamento desses créditos.

- (A) Expedição de RPV para ambos os credores.
- (B) Expedição de precatório para ambos os credores.
- (C) Execução direta contra o Município em ambos os casos.
- (D) Expedição de RPV para o 1º exequente e de precatório para o 2º exequente.
- (E) Expedição de RPV para o 2º exequente e de precatório para o 1º exequente.

59

Em execução trabalhista que tramita na 7ª Vara do Trabalho de Jardim/MS, o juiz verificou pelas ferramentas disponíveis que o executado possuía três imóveis. Logo após o executado peticionou informando e comprovando documentalmente que reside sucessivamente nos três imóveis ao longo do ano, daí porque seriam impenhoráveis. Não há qualquer registro ou averbação no Registro de Imóveis a respeito.

Considerando esses fatos e a norma de regência, assinale a afirmativa correta.

- (A) A impenhorabilidade recairá sobre o imóvel de maior valor.
- (B) Nenhum dos imóveis será passível de penhora porque cada um deles é considerado bem de família.
- (C) A Lei determina que o executado escolha e indique um dos imóveis, para que ele seja penhorado.
- (D) A impenhorabilidade recairá sobre o imóvel de menor valor.
- (E) Havendo mais de um bem de família, qualquer deles poderá ser penhorado, pois o executado continuará tendo um imóvel.

60

Na 5ª Vara do Trabalho de Coxim/MS tramitam várias reclamações trabalhistas. Em uma delas, o reclamado é uma entidade sem fins lucrativos; em outra, o reclamado é um empregador doméstico; numa terceira ação, o reclamado é uma empresa de pequeno porte. Nas 3 ações, os pedidos foram julgados procedentes, e os reclamados pretendem recorrer.

Considerando esses fatos e o disposto na CLT, acerca do depósito recursal para viabilizar o conhecimento do recurso, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Todos os reclamados estarão isentos de recolher o depósito recursal.
- () Todos os reclamados deverão recolher o depósito recursal pela metade.
- () Apenas a empresa de pequeno porte recolherá o depósito recursal pela metade.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – F – F.
- (B) F – V – V.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – F – V.

Questão Discursiva

Cláudio e Henrique trabalham para o mesmo empregador, um grande restaurante localizado em Campo Grande/MS. O restaurante tem 65 empregados entre cozinheiros, auxiliares de cozinha, *barmans*, subgerentes, gerentes, caixas e auxiliares de limpeza. Cláudio foi contratado como auxiliar de cozinha e Henrique, como garçom.

Ocorre que, na prática, Cláudio, além da função de auxiliar de cozinha, também exerce as funções de cozinheiro, caixa e *barman*, de forma regular e diária. Já Henrique, na prática, exerce apenas a função de gerente, coordenando os demais garçons, resolvendo os problemas com os clientes, montando a escala de serviço e concedendo as férias aos empregados. Cláudio e Henrique não tiveram a CTPS assinada, apesar de já trabalharem no restaurante há um ano. Em razão das irregularidades, Cláudio e Henrique estão muito insatisfeitos com o empregador.

Com base nos fatos apresentados e nas disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), elabore sua resposta seguindo as instruções a seguir.

- A) Indique quais são os requisitos legais para que alguém seja considerado empregado e o respectivo fundamento legal.**
- B) Identifique em que prazo o restaurante deveria ter assinado as carteiras de trabalho de Cláudio e Henrique, indicando o fundamento legal.**
- C) Informe que fenômeno jurídico ocorreu no caso de Cláudio e qual será a solução jurídica para sanar a sua situação.**
- D) Informe que fenômeno jurídico ocorreu no caso de Henrique e qual será a solução jurídica para sanar a sua situação.**
- E) Identifique qual seria o caminho jurídico mais vantajoso para ambos os casos (de Cláudio e Henrique), se quisessem romper o contrato de trabalho, considerando as particularidades do caso e indicando o fundamento legal.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

